
Pedido de Impugnação - Pregão Eletrônico nº 5/2019

De : Denise Cury
<denise@techcomtecnologia.com.br>

Seg, 06 de mai de 2019 14:13

📎 2 anexos

Assunto : Pedido de Impugnação - Pregão Eletrônico
nº 5/2019

Para : licitacao@codevasf.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
À SECRETARIA DE LICITAÇÕES – PR/SL

ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A)

EDITAL Nº 5/2019

PROCESSO Nº 59500.000243/2019-78

A **TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.399.966/0001-31, situada na Rua Coruripe, 239, Bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.431-300, por seus procuradores, vem, respeitosamente perante V.Sa., oferecer a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos termos seguintes.

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, cujo objeto é a *contratação de serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários (remoto e presencial), serviços técnicos para sustentação dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e serviços técnicos para suportar as demandas eventuais ou programadas, em todas as unidades da Codevasf, conforme condições, quantidades e exigências, descritos no subitem 1.2 do Termo de Referência, Anexo-I do Edital.*

O instrumento convocatório ao determinar as especificações acerca da qualificação econômico-financeira, estabeleceu no subitem 11.1.2 que a

licitante deve comprovar possuir capital social mínimo no valor de R\$ 1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais), conforme se extrai pela transcrição a seguir:

11.1.2 Qualificação Econômico-Financeira

a) Comprovação do capital social mínimo no valor de R\$ 1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais);

Ocorre que, o fato de não haver a opção de se comprovar a situação do patrimônio líquido, tal como admitido pela legislação, mas tão somente o capital social, resulta no cerceamento à participação de grande número de empresas no presente certame.

A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços está prevista no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93. Eis o teor:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

As referidas exigências têm o objetivo de assegurar garantias mínimas de que a contratada cumprirá as obrigações decorrentes do contrato celebrado.

No entanto, ao exigir somente comprovação através de capital social, a administração está restringindo consideravelmente a participação de empresas

que, apesar de não possuem o capital social no valor determinado, possuem patrimônio líquido até mesmo superior ao exigido para capital social.

Ora, é cediço que o patrimônio líquido é o indicador contábil que melhor representa a saúde financeira real e atual da empresa, uma vez que representa a diferença entre ativo e passivo no balanço patrimonial.

Assim, considerando os objetivos e princípios da licitação, verifica-se que a exigência do patrimônio líquido é extremamente adequada do ponto de vista econômico-financeiro.

Não obstante, a Lei 8.666/93 prevê no art. 3º, §1º, inc. I, expressamente, que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Assim, significa que todas as pessoas poderão contratar com o Poder Público, bem como que, a todo licitante está resguardado o direito de ser tratado de forma igualitária, porque assim estará mitigada discriminações injustificadas na participação da licitação, em prevalência do melhor interesse público e respeito ao **princípio da isonomia**.

Consoante ao exposto, o Tribunal de Justiça do Paraná, assim decidiu:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2002, DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. EXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ATO CONVOCATÓRIO. ANULAÇÃO DO EDITAL E DOS ATOS DECORRENTES. DECISÃO MANTIDA.

1 - A Constituição Federal, no artigo 37, inciso XXI, determina que no processo de licitação as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser as indispensáveis para o cumprimento das obrigações.

2 - Não dispondo a Administração de dados técnicos que justifiquem a caracterização das exigências constantes do edital de concorrência pública nº

001/2002, como indispensáveis, o ato convocatório deve ser anulado, assim como os atos decorrentes.

3 - Apelações desprovidas e sentença mantida em reexame necessário. (TJPR. Ap. Cível e Reexame Necessário nº 1.142294-4. Relator: Hirosê Zeni. D.J.: 27 out. 2003.)

Portanto, nos casos em que a redação editalícia contempla detalhes que injustificadamente frustrem a competitividade, deverão tais requisitos serem alterados. A saber, em especial no edital ora impugnado, a comprovação da qualificação econômico-financeira apenas pela exigência de capital mínimo, enseja restrição no caráter competitivo do certame, prejudica o princípio da competitividade, na medida em que a própria legislação prevê também o patrimônio líquido mínimo.

Desta feita, a irregularidade apontada na presente impugnação, deverá ser sanada para que haja uma adequação entre o certame em comento e a legislação, a fim de assegurar à Administração Pública a plena execução dos serviços licitados em conformidade com o interesse público, atinente à legalidade, impessoalidade, igualdade e primordialmente de modo a garantir a competitividade ao certame.

À vista do exposto, requer sejam acolhidos os termos da presente impugnação editalícia, reconhecendo-se a irregularidade apontada para se retificar o edital consoante às razões de fato e direito acima declinadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

Denise Cury

Analista Comercial

Tel.: +55 (31) 3332-5055

Cel.: +55 (31) 99638-3768

